DOI: <http://dx.doi.org/10.17793/rdd.v4i6.575>

10. ADMIRÁVEL MUNDO NOVO E A CRISE DA DOGMÁTICA

10. BRAVE NEW WORLD AND THE DOGMATIC CRISIS

Ney Wiedemann Neto¹

Resumo: o presente artigo é uma análise reflexiva sobre a obra literária de Aldous Huxley, Admirável Mundo Novo, e sua relação com a crise da dogmática.

Palavras-chave: Admirável Mundo Novo, Aldous Huxley, Dogmática.

Abstract: this article is a reflective analysis of the literary work of Aldous Huxley, Brave New World, and its relation to the crisis of dogmatic.

Keywords: Brave New World, Aldous Huxley, Dogmatic.

1. Introdução

A obra de 1932 de Aldous Huxley – Admirável Mundo Novo - é uma distopia que aborda uma sociedade científica onde as pessoas são condicionadas em aspectos biológicos e emocionais a viverem em harmonia com as leis e regras definidas. Não possui ética, religião ou valores morais.

O Estado científico totalitário zela por todos. Nascidos de proveta, os seres humanos são pré-condicionados e têm comportamentos preestabelecidos, ocupando lugares predeterminados na sociedade. Família, monogamia, privacidade e pensamento criativo constituem crime.

¹ Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Mestre em Poder Judiciário, FGV Direito Rio. Professor do Curso de Direito da Faculdade Inedi CESUCA, Cachoeirinha-RS. E-mail: wiedemann@tj.rs.gov.br

No enredo, a personagem Bernard, que é um questionador do sistema, viaja a uma reserva onde vivem pessoas nos moldes do passado, em que costumes antigos eram preservados. Ele conhece Linda e seu filho John, levando-os para viver na civilização. John é recebido como uma aberração pelos habitantes, que ficam curiosos pelas suas diferenças. A sensibilidade e a liberdade de pensamento do *Selvagem* provocam um questionamento nos seus habitantes, que julgavam sua vida perfeita, e muitos optam por partir para novas experiências.

Há o contraste entre o moderno e o atrasado, com críticas ao desenvolvimento da ciência. A personagem John, conhecido como *Selvagem*, confronta-se diretamente com o mundo moderno, afirmando a impossibilidade de convivência entre o tradicional e a ciência. É uma sociedade de autômatos, que não transgridem. Os indivíduos são felizes com os papéis que desempenham, posto que condicionados para tanto.

Ao suprimir emoções e pensamento crítico, o ser humano não passa de uma máquina que desconhece o próprio status do que é ser humano. O coletivismo da sociedade é tão grande que o individualismo é subjugado. A perda do individualismo leva à perda da identidade.

Huxley em sua obra de ficção científica traz aplicações de conceitos econômicos que podem utilizados inclusive na nossa sociedade contemporânea. O tema de *Admirável Mundo Novo* não é o avanço da ciência em si mesmo. É esse avanço na medida em que afeta os seres humanos. O *Selvagem* é posto diante de duas alternativas apenas, uma vida de insanidade na Utopia, ou a vida de um primitivo numa aldeia de índios, vida esta mais humana em alguns aspectos, mas, em outros, pouco menos estranha e anormal.

A seguir, transcrevemos a análise que o próprio autor faz de sua obra, no Prefácio² de nova edição, em 1946:

Se eu reescrevesse o livro agora, ofereceria uma terceira alternativa ao *Selvagem*. Entre as duas pontas do seu dilema, a utópica e a primitiva, estaria a possibilidade de alcançar a sanidade de espírito - possibilidade já realizada, até certo ponto, numa comunidade de exilados e refugiados do *Admirável Mundo Novo*, estabelecidos dentro dos limites da Reserva. Nessa comunidade, a economia seria descentralista e georgista, e a política, kropotkiniana e cooperativista. A ciência e a tecnologia seriam usadas como se, a exemplo do sábado, tivessem sido feitas para o homem e não (como no presente e ainda mais no *Admirável Mundo Novo*) como se o homem tivesse de ser adaptado e escravizado a elas. A religião seria

² HUXLEY, Aldous. *Admirável Mundo Novo*. Tradução de Vidal de Oliveira. São Paulo: Globo, 2009, pp. 13-14.

a procura consciente e inteligente do Objetivo Final do homem, a busca do conhecimento unitivo do Tão imanente ou Logos, da Divindade transcendente ou Brama. E a filosofia de vida predominante seria uma espécie de Utilitarismo Superior, em que o princípio da Maior Felicidade ocuparia posição secundária em relação ao do Objetivo Final - e a primeira pergunta a ser formulada e respondida em qualquer contingência da vida seria: "De que modo este pensamento ou ato ajudará ou impedirá a consecução, por mim e pelo maior número possível de outros indivíduos, do Objetivo Final do homem?" Educado entre os primitivos, o Selvagem (nesta hipotética nova versão do livro) não seria transportado para a Utopia senão depois de ter tido a oportunidade de aprender algo em primeira mão sobre a natureza de uma sociedade composta de indivíduos em livre cooperação, dedicados à busca da sanidade de espírito. Assim alterado, *Admirável Mundo Novo* possuiria uma inteireza artística e filosófica (se é permissível usar uma palavra tão importante a propósito de uma obra de ficção) que, em sua forma atual, evidentemente lhe falta.

Nada obstante, há uma racionalidade no *Selvagem* que é humanizada pela literatura, sendo destacada a obra de Shakespeare, e também pela religião cristã. A sua formação lhe dá uma perspectiva crítica e diferente da sociedade, que o coloca em confronto com a nova civilização onde se encontra. Ao final, o *Selvagem* acaba na autotortura maníaca e no desespero suicida, por não suportar viver nessa situação.

Oportuna a reflexão que nos proporciona SCHWARTZ³ em seu ensaio ao analisar a mesma obra:

Todo o aparato construído no *Mundo Novo* leva em consideração uma necessária, imaginária e *admirável* "segurança jurídica". Será possível tal objetivo, ainda hoje, na sociedade contemporânea? Não seria melhor perscrutar as altas tecnologias sanitárias a partir de um elemento que possibilite o avanço sem o temor infundado a respeito do novo? Tendo-se como correta a segunda ideia, o risco assume tal posição no sistema social.

Para os fins do presente estudo, na relação entre a Literatura e o Direito, focamos nossa reflexão na crise da Dogmática e no surgimento, como reação, da Nova Hermenêutica, aqui representada pela Argumentação Jurídica. Assumimos que a sociedade de *Admirável Mundo Novo* é totalitária, sendo o Positivismo a filosofia jurídica que a organiza, com supressão inclusive do questionamento moral de suas normas. Em oposição, e até em superação à crise do Positivismo, destacamos o movimento que o sucedeu, com referência à Argumentação Jurídica, permeada de valores e de sentidos interpretativos das normas.

³ SCHWARTZ, Germano André Doederlein. Um admirável novo direito: autopoiese, risco e altas tecnologias sanitárias. In: Direito & Literatura: reflexões teóricas. Org. André Karan Trindade, Roberta Magalhães Gubert, Alfredo Copetti Neto. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008, p. 195.

2. A dogmática

Ainda com SCHWARTZ⁴, analisando a obra de Huxley, entendemos que pensar o Direito como algo absolutamente seguro somente seria possível a partir de uma ideia de sociedade de baixa complexidade. Nela, podem-se verificar papéis tradicionais bem delimitados e instituições destinadas a perdurar no tempo. Daí, a alta possibilidade de previsão e de determinação característica de uma forma societária que não subsiste.

O Direito no *Admirável Mundo Novo* é, de fato, um Direito ligado à noção tradicional de Estado (povo, território e governo). O monopólio da regulação jurídica estatal é a ideia-base do imaginário da segurança e da certeza. Esse ente se legitima porque produz normas jurídicas e vice-versa. O assim denominado normativismo, centrado nos estudos sobre o processo de produção e aplicação da norma jurídica, adquiriu *status* científico. Com isso, seguiu-se uma separação indesejável entre a aplicação do Direito e a sociedade.

Recorda-nos ALEXY⁵ que a dogmática tem três tarefas: a análise lógica dos conceitos jurídicos, a recondução dessa análise a um sistema, e a aplicação dos resultados desta análise na fundamentação das decisões jurídicas. A crítica a esse sistema é que os meios de análise lógica e da dedução lógica não podem alcançar novos conteúdos normativos.

Com BARROSO⁶, lembramos que o positivismo filosófico foi fruto de uma idealização do conhecimento científico, uma crença romântica e onipotente de que os múltiplos domínios da indagação e da atividade intelectual pudessem ser regidos por leis naturais, invariáveis, independentes da vontade e da ação humana. O homem chegara à sua maioria racional e tudo passara a ser ciência: o único conhecimento válido, a única moral, até mesmo a única religião. O universo, conforme divulgado por Galileu, teria uma linguagem matemática, integrando-se a um sistema de leis a serem descobertas, e os métodos válidos nas ciências da natureza deviam ser estendidos às ciências sociais.

⁴ Op. cit. P. 196.

⁵ ALEXY, Robert. Teoria da argumentação jurídica: a teoria do discurso racional como teoria da fundamentação jurídica. Tradução de Zilda Hutchinson Schild Silva. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 250.

⁶ BARROSO, Luís Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 4ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2013, pp. 261-264.

O positivismo jurídico aplica os fundamentos do positivismo filosófico no mundo do Direito, na pretensão de criar uma ciência jurídica, com características análogas às ciências exatas e naturais. A busca da objetividade científica com ênfase na realidade observável e não na especulação filosófica, apartou o Direito da moral e dos valores transcendentais. Direito é norma, ato emanado do Estado com caráter imperativo e força coativa. A ciência do Direito, como todas as demais, deve fundar-se em juízos *de fato*, que visam ao conhecimento da realidade, e não em juízos *de valor*, que representam uma tomada de posição diante da realidade. Não é no âmbito do Direito que se deve tratar a discussão acerca das questões como legitimidade e justiça.

O positivismo tornou-se, nas primeiras décadas do século XX, a filosofia dos juristas. A teoria jurídica empenhava-se no desenvolvimento de ideias e de conceitos dogmáticos, em busca da cientificidade anunciada. O Direito reduzia-se ao conjunto de normas em vigor. Considerava-se um sistema perfeito e, como todo dogma, não precisava de qualquer justificação além da própria existência.

Conceitualmente, jamais foi possível a transposição totalmente satisfatória dos métodos das ciências naturais para a área das humanidades. O Direito, ao contrário dos outros domínios, não tem nem pode ter uma postura puramente descritiva da realidade, voltada para relatar o que existe. Cabe-lhe prescrever um *dever-ser* e fazê-lo valer nas situações concretas. O Direito tem a pretensão de atuar sobre a realidade, conformando-a e transformando-a. Ele não é um *dado*, mas uma *criação*. A relação entre o sujeito do conhecimento e seu objeto de estudo – isto é, entre o interprete, a norma e a realidade – é tensa e intensa. O ideal positivista de objetividade e neutralidade é insuscetível de se realizar.

A decadência do positivismo é emblematicamente associada à derrota do fascismo na Itália e do nazismo na Alemanha. Esses movimentos políticos e militares ascenderam ao poder dentro do quadro de legalidade vigente e promoveram a barbárie em nome da lei. Os principais acusados de Nuremberg invocaram o cumprimento da lei e a obediência a ordens emanadas de autoridade competente. Ao fim da Segunda Guerra Mundial, a ideia de um ordenamento jurídico indiferente a valores éticos e da lei como uma estrutura meramente formal, uma embalagem para qualquer produto, já não tinha aceitação no pensamento esclarecido.

O fracasso político do positivismo abriu caminho para um conjunto amplo e ainda inacabado de reflexões acerca do Direito, sua função social e sua interpretação. O pós-

positivismo é a designação provisória e genérica de um ideário difuso, no qual se incluem algumas ideias de justiça além da lei e de igualdade material mínima, advindas da teórica crítica, ao lado da teoria dos direitos fundamentais e da redefinição das relações entre valores, princípios e regras, aspectos da chamada *nova hermenêutica*. Abre-se o espaço para a argumentação jurídica.

3. A argumentação jurídica

A crise do positivismo é bem retratada por DE GIORGI⁷, ao relacioná-la à insubsistência da certeza e da simplicidade jurídicas na sociedade atual. O autor delimita os problemas desse modelo nas seguintes questões: da unidade do Direito, porque limitada à questão linguística; na inexistência de variabilidade estrutural, por ser um sistema fechado; na impossibilidade da normatividade exclusivamente jurídica, pela necessidade de comunicação entre o Direito e os demais sistemas sociais; pela separação entre o Direito e a Sociedade, que os desconecta e causa rupturas entre as expectativas normativas e as decisões tomadas pelo sistema jurídico.

Por tudo isso, de novo com SCHWARTZ⁸, compreendemos a atitude do *Selvagem*, que, em outras palavras, acreditava na diferença como unidade. A sociedade de hoje é hipercomplexa. Necessita, portanto, de outra forma de observação do sistema jurídico. Somente assim será possível uma descrição correta de seus fenômenos.

Ela deve absorver influências externas, conectando-se como o sistema social. Elas podem vir até mesmo da Reserva. Ambos se recriam a partir de si próprios e da ligação existente entre si (autopoiese). É um risco, mas são partes de um sistema social que deve ser analisado como um todo a partir de suas próprias partes.

O positivismo jurídico é insuficiente para fundamentar o Direito, porque o reconhece como a lei vigente, não distinguindo os planos de validade formal e intrínseca das normas legais. Aqui, não há lugar para a Filosofia do Direito, cujo objeto consiste na reflexão sobre os problemas postos pelo direito vigente. A questão atinente à justiça ou injustiça não tem sentido, já que o Direito se identifica com a ordem jurídica imposta pelo Estado.

⁷ DE GIORGI, Rafaelle. Luhmann e a Teoria Jurídica dos Anos 70. In: CAMPILONGO, Celso Fernandes. O Direito na Sociedade Complexa. São Paulo: Max Limonad, 2000, pp. 183-184.

⁸ Op. cit. P. 197.

Oportuna a reflexão de AZEVEDO⁹ a esse respeito:

O princípio positivista segundo o qual lei e Direito identificam-se, nada restando a perquirir-se, portanto, além do texto legal, tudo o mais constituindo indagação metajurídica; a possibilidade de utilização da ordem jurídica para a obtenção de finalidades incompatíveis com o Direito; também digno de nota é o despreparo dos juízes, imbuídos puramente do positivismo e de seus ingredientes correlativos – o relativismo cético e o método que lhe é peculiar. Todos esses aspectos somados os levava (e ainda hoje leva tantos) à crença de que sua atividade se esgotava em um mero silogismo de que a lei constitui a premissa maior, o enquadramento legal dos fatos concretos a premissa menor e a sentença a conclusão. Aceitando-se que a atividade judicante se limite à perspectiva silogística, sempre que seu resultado for mau a falha será sempre do procedimento lógico seguido na aplicação da lei e nunca daquele que a deve vivificar, humanizando-a ao adaptá-la ao caso concreto.

Prosseguimos com as reflexões de BARROSO¹⁰, festejado jurista constitucional, que nos recorda que a argumentação faz parte do mundo jurídico, que é feito de linguagem, racionalidade e convencimento. Todos os participantes do processo apresentam argumentos e a fundamentação é requisito essencial da decisão judicial. A interpretação jurídica lida com casos fáceis e com casos difíceis. Os casos fáceis podem ser decididos com base na lógica formal, dedutiva, aplicando-se a norma pertinente aos fatos, mediante subsunção. Nos casos difíceis, porém, a solução precisa ser construída tendo em conta elementos que não estão integralmente contidos nos enunciados normativos aplicáveis. Valorações morais e políticas precisarão integrar o itinerário lógico da produção da decisão. Este é o ambiente típico da argumentação jurídica.

A argumentação jurídica desenvolveu-se, especialmente, no quarto final do século passado. Liga-se ela à ideia de que a solução dos problemas que envolvem a aplicação do Direito nem sempre poderá ser deduzida do relato da norma, mas terá de ser construída indutivamente, tendo em conta fatos, valores e escolhas. As diferentes teorias da argumentação jurídica têm por objetivo estruturar o raciocínio jurídico, de modo a que ele seja lógico e transparente, aumentando a racionalidade do processo de aplicação do Direito e permitindo um maior controle da justificação das decisões judiciais.

No ambiente da colisão, da ponderação e da argumentação, frequentemente não será possível falar em resposta correta para os problemas jurídicos postos, mas sim em soluções argumentativas racionais e plausíveis. A legitimação da decisão virá de sua

⁹ AZEVEDO, Plauto Faraco de. Limites e justificação do poder do Estado. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 188.

¹⁰ Op. cit., pp. 365-373.

capacidade de convencimento, da demonstração lógica de que ela é a que mais adequadamente realiza a vontade constitucional *in concreto*.

4. Conclusão

Aldous Huxley olhou para além do seu tempo. Vivemos hoje um grande estado mundial, controlado por aqueles que detêm o poder econômico. Podemos estabelecer um paralelo entre a pujança dos países de primeiro mundo com as crescentes desigualdades nos países periféricos. Em outras palavras, podemos admitir que nos dias atuais ainda permaneçam os dois mundos, o “Admirável Mundo Novo” e o “Abominável Mundo Velho”. Às vezes, aliás, esses mundos não são determinados por fronteiras geográficas, mas sim pelas desigualdades sociais, culturais e econômicas entre os habitantes de um mesmo país.

Apesar disso, no plano do Direito, notamos que a mudança de modelo, do Positivismo para o chamado *Pós-Positivismo*, onde se destaca a nova Hermenêutica, também foi um movimento mundial. Como abordado, em decorrência da Segunda Guerra Mundial e da falência dos estados totalitários, houve de modo generalizado a crítica ao modelo jurídico de controle e poder por eles utilizado.

Tanto o *Admirável Mundo Novo* quanto a *Reserva* estão inseridos em um contexto de insegurança e de risco da própria sociedade atual. Em que pese o Direito seja um sistema normativamente fechado, deve ser cognitivamente aberto, numa abordagem permeada pelos outros campos do saber. Ao contrário da distopia idealizada por Huxley, a incerteza está presente nas decisões e nas ações. E o Direito tem que garantir procedimentos apropriados que as legitimem.

5. Referências bibliográficas.

ALEXY, Robert. Teoria da argumentação jurídica: a teoria do discurso racional como teoria da fundamentação jurídica. Tradução de Zilda Hutchinson Schild Silva. 3^a. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

AZEVEDO, Plauto Faraco de. Limites e justificação do poder do Estado. Petrópolis: Vozes, 1979.

BARROSO, Luís Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 4^a. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

DE GIORGI, Rafaelle. Luhmann e a Teoria Jurídica dos Anos 70. In: CAMPILONGO, Celso Fernandes. O Direito na Sociedade Complexa. São Paulo: Max Limonad, 2000.

HUXLEY, Aldous. Admirável Mundo Novo. Tradução de Vidal de Oliveira. São Paulo: Globo, 2009.

SCHWARTZ, Germano André Doederlein. Um admirável novo direito: autopoiese, risco e altas tecnologias sanitárias. In: Direito & Literatura: reflexões teóricas. Org. André Karan Trindade, Roberta Magalhães Gubert, Alfredo Copetti Neto. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008.

(Artigo submetido em 05/05/2014 e aceito em 08/07/2014)